

CÂMARA DOS DEPUTADOS GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL LEO PRATES

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023 (Do Sr. Leo Prates)

"Dispõe sobre regras de segurança para os motoristas por aplicativos, e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

- **Art. 1º -** As empresas que prestam serviços de transporte de passageiros com o uso de softwares desenvolvidos exclusivamente para dispositivos móveis devem seguir as normas de segurança para os motoristas, sem embargos de outras proteções previstas em lei.
- **Art. 2º -** A plataforma utilizada pelos motoristas deverá apresentar obrigatoriamente:
 - I antes do motorista aceitar a corrida:
 - a) pré-nome do passageiro
 - b) avaliação do passageiro
 - c) fotografia do passageiro
 - d) valor a ser pago pelo trajeto
 - e) distância e tempo até o local de embarque
 - f) bairro de destino
 - II após o motorista aceitar a corrida
 - a) tempo até o local de embarque
 - b) tempo de espera, isto é, após chegar ao local de embarque e antes do passageiro ingressar no veículo
 - c) tempo e distância até o local de desembarque
 - d) botão de pânico
 - II após o passageiro descer do veículo:
 - a) avaliação do passageiro







CÂMARA DOS DEPUTADOS GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL LEO PRATES

- b) opções para reportar condutas suspeitas ou criminosas do passageiro, contendo, no mínimo, hipóteses de assédio, ofensa e ameaças à integridade física do motorista.
- §1º Acionado o botão de pânico, a empresa deverá efetuar, no mínimo, uma das condutas abaixo:
- I abertura e gravação do áudio ambiente do veículo, se houver;
- II visualização da câmera de segurança embarcada, se houver;
- III acionar dispositivo para desligar veículo à distância, se houver;
- IV encaminhar outro motorista ao encontro do motorista que acionou o dispositivo de segurança
- V acionar a polícia
- §2º Na hipótese do parágrafo anterior, a empresa disponibilizará os dados para investigação policial quando for o caso.
- §3º Na hipótese da alínea *b* do inciso II deste artigo, o motorista poderá solicitar os dados da corrida e do passageiro para buscar a responsabilização cível ou penal deste, quando será exigido do motorista assinatura de termo de confidencialidade e responsabilidade pelos dados fornecidos.
- **Art. 3º -** A empresa manterá os motoristas informados acerca dos critérios utilizados para suspensão e banimento do motorista da plataforma.







CÂMARA DOS DEPUTADOS GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL LEO PRATES

- §1º O motorista deve ser informado, no próprio aplicativo, de recebimento de queixas de passageiros e outras violações passiveis de penalização pela empresa, com prazo de 24 horas para apresentar defesa.
- §2º A suspensão provisória do motorista não pode ser superior a 3 dias, quando o motorista retorna à atividade até a empresa apresentar o resultado do processo interno de investigação.
- **Art. 4º -** Ao chegar no local de origem da corrida, o motorista deverá aguardar o passageiro ingressar no veículo dentro de 03 minutos, quando poderá cancelar a corrida e a empresa pagar pelo trecho percorrido pelo motorista após aceitar a corrida.
- §1º considera-se no local de embarque, deslocamentos de até 10 metros, necessário para manter a segurança do trânsito ou do motorista.
- §2º havendo deslocamento superior a 10 metros, por questões de segurança do motorista, o tempo de 3 minutos será reiniciado após o motorista retornar ao local de embarque.
- **Art. 5º -** O motorista de aplicativo pode recusar a viagem, sem penalidade, se, chegando no local de embarque, o passageiro for diverso daquele indicado no art. 2º, I, b.
- **Art. 6º -** Solicitada corrida a ser paga em dinheiro, o aplicativo exigirá o reconhecimento facial do passageiro solicitante, só sendo liberado para os motoristas quando o aplicativo confirmar a identificação.
 - Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Usuários e motoristas por aplicativos sofrem com insegurança. Trata-se de uma realidade nacional. A vulnerabilidade a qual um motorista se expõe vai além de assaltos. São frequentes as queixas de agressões verbais, assédios e até ameaças à integridade física dos motoristas.

Por outro lado, os motoristas buscam criar estratégias para se protegerem, como recusar corridas com embarque ou desembarque em locais perigosos ou ermos, recusar corridas quando o passageiro for diferente daquele que solicitou a corrida, dentre outros.





Apresentação: 06/02/2023 14:01:54.257 - MES/



CÂMARA DOS DEPUTADOS GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL LEO PRATES

Não obstante, enquanto o motorista de aplicativo tem apenas a qualificação do passageiro como forma de selecionar o passageiro ou se proteger, o passageiro tem diversas formas de prestar queixa contra o motorista. Ocorre que muitas dessas queixas são falsas e pretendem prejudicar o motorista de forma gratuita, situações em que a empresa pode suspender ou mesmo expulsar o motorista do aplicativo, fulminando seu sustento.

Assim, imperioso que o motorista tenha oportunidade de se defender e, ainda, conheça com exatidão a política de qualidade da empresa.

Estes são os argumentos que apresento aos Nobres pares para o apoio e aprovação da presente Proposição.

Sala	de Sessões,	em	de	de 2023

LEO PRATES

Deputado Federal PDT/BA



